



EDITAL

Emídio Ferreira dos Santos Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira:-----

Tomo público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da reunião extraordinária desta Câmara Municipal de 28 de outubro de 2019, aprovada na reunião ordinária de 18 de novembro de 2019, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira.-----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 19 de novembro de 2019.---

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

(EMÍDIO FERREIRA DOS SANTOS SOUSA)



Ata n.º 60 – No dia 28 de outubro de 2019, na cidade de Santa Maria da Feira, nos Paços do Município e Sala Anexa à Presidência, reuniu, extraordinariamente, às 16 horas, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e com a presença dos Srs. Vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, António Milton Topa Gomes, Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, António Ferreira de Bastos e Délio Manuel Ferreira Carquejo. -----

Presente também o Sr. Bruno Miguel de Sousa Mota, em substituição da Sra. Vereadora Lia Andreia Cristóvão Ferreira, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual.-----

Secretariou a reunião a Chefe do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Maria Isabel Soares Campos e Sousa, designada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 16 de outubro de 2017.-----

ORDEM DO DIA-----

- 1 – Mapa de pessoal para 2020**-----
- 2 – Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2020**
- 3 – Contrato-Programa para 2020 a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.**-----
 - **Pedido de autorização da Assembleia Municipal para celebração do contrato-programa**-----
- 4 – Atribuições e competências das unidades flexíveis dos serviços (deliberação de 17-09-2018)**-----



- Aprovação das versões atualizadas das fichas de caracterização da Divisão de Ambiente e da Divisão de Serviços Urbanos-----

A reunião foi declarada aberta pelo Sr. Presidente.-----

ORDEM DO DIA-----

1 – Mapa de pessoal para 2020-----

O Sr. Presidente apresentou à Câmara o assunto em epígrafe, a que se refere a informação da Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, Dra. Nazaré Martins, datada de 22 de outubro de 2019, que, seguidamente, se transcreve:-----

“Serve o presente para apresentar o mapa de pessoal para 2020, o qual foi elaborado tendo em conta as necessidades apresentadas pelos serviços, nos termos do art.º 29.º, constante do anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.”-----

Instrui a informação supratranscrita a proposta da vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, Helena Portela, da mesma data, do seguinte teor:-----

“Proponho à Câmara a aprovação da proposta do mapa de pessoal dos serviços municipais para o ano de 2020, anexa, submetendo-a, nos termos e para os devidos efeitos legais, à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a informação acima mencionada.”-----

Acompanha a proposta supratranscrita o mapa de pessoal para 2020 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos



favoráveis do Sr. Presidente e dos vereadores Cristina Tenreiro, Vítor Marques, Helena Portela, Gil Ferreira, António Topa Gomes e Teresa Vieira, aprovar a proposta supratranscrita.-----

Os vereadores Margarida Gariso, António Bastos, Délio Carquejo e Bruno Mota abstiveram-se.-----

2 – Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2020

O Sr. Presidente apresentou à Câmara os documentos em epígrafe, a que se refere a sua proposta, datada de 22 de outubro de 2019, do seguinte teor:-----

“Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, na sua atual redação, propõe-se a aprovação do Plano e Orçamento Municipal para o ano de 2020, para posterior submissão à aprovação da Assembleia Municipal.”-----

O Sr. Presidente começou por referir que iria fazer um breve apanhado sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento, dizendo que se, entretanto, depois algum dos senhores vereadores do Partido Socialista quiser intervir ou colocar alguma questão mais específica sobre as componentes sectoriais dos mesmos, os vereadores do Executivo Permanente, estarão disponíveis, com certeza, para esclarecer algum aspeto, fazendo referência também à presença na sala da reunião da Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Dra. Sónia Azevedo e da Chefe da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial, Dra. Andrea Dias, para qualquer esclarecimento que seja necessário, assim como o Dr. Paulo Sérgio Pais, Diretor Executivo da empresa municipal



Feira Viva. -----

Referiu que o Orçamento para 2020 atinge o montante global de cerca de 71 milhões de euros, salientando que o mesmo tem a ver com todo um programa anteriormente definido e que o Executivo Permanente tem procurado cumprir com rigor e com toda a transparência, acrescentando que o mesmo não é para ser analisado à luz de uma proposta de trabalho para um ano, porque tem tudo a ver com uma estratégia de governação que está definida há já 6 anos e que tinha muito a ver com o rigor nas contas, com o pagamento a tempo e horas, com a diminuição da dívida. -----

Disse que são essas as grandes questões financeiras associadas ao Plano e Orçamento e que foram sendo cumpridas ao longo destes 6 anos, as quais permitem ao Município ter, hoje, um prazo médio de pagamentos na casa dos 12, 13 dias, bem como ter uma dívida que rondará, no final de 2019, os 20 milhões de euros. -----

Salientou que o Município tem uma situação financeira controlada que, apesar de não permitir exageros, permitiu deliberar, em 2018, a diminuição da taxa de IMI, tal como já havia permitido, em anos anteriores, dar o desconto máximo às famílias também no que refere ao pagamento de IMI, bem como diminuir a derrama para as pequenas empresas. Deu nota que a redução da taxa de IMI, deliberada em 2018 e aplicada em 2019, irá representar, ao que tudo indica, uma diminuição de receita entre 1 a 1,3 milhões de euros, realçando que o Município conseguiu incorporar tais medidas nos seus orçamentos graças ao rigor que foi implementado ao longo dos anos. -----

Disse que outro aspeto que considera importante apontar é que foi o



máximo rigor que o Executivo Permanente fez questão de ter na gestão financeira que permitiu libertar verbas para o investimento, acrescentando que lhe apraz registar que, em 2020, está previsto um superavit corrente muito próximo dos 11 milhões de euros, permitindo que, depois, essa verba seja transferida para as despesas de capital. ----

O Sr. Presidente prosseguiu referindo que, no respeitante às grandes obras, foram definidas como prioridades programáticas a reabilitação da rede viária e a requalificação dos centros urbanos, dando nota, quanto à reabilitação da rede viária, que a 7.ª fase de pavimentações de arruamentos já está em execução, que a 8.ª está a arrancar e que se prevê o início da 9.ª fase durante o ano de 2020. Disse que, a par disto, foi lançado um concurso para a implementação da sinalética horizontal e que se espera ter, no verão de 2020, condições para implementá-la no terreno. -----

Em relação à requalificação dos principais centros urbanos, disse que estão vários centros urbanos em obra e outras prestes a arrancar, dando nota que a requalificação do centro urbano de Fiães está em obra e que se prevê a sua conclusão em 2020, e que também já se fez uma parte da intervenção da requalificação do centro da cidade de Lourosa, estando agora previsto avançar para a zona do Largo da Igreja. -----

Informou que também está previsto, para 2020, o arranque da requalificação da Avenida do Corgo, em Arrifana, e, quanto à requalificação do Largo da Igreja, em Argoncilhe, disse estar-se na fase final das negociações com um dos proprietários de um dos lotes e que, se tudo correr bem, a obra será lançada a concurso no próximo ano. ----

Deu nota que, em Mozelos, vai-se proceder à requalificação da zona



central, designadamente da Alameda Alfredo Henriques, e que, em Santa Maria da Feira, o filho do Arquiteto Fernando Távora está a trabalhar no projeto de reabilitação do Mercado Municipal, informando que já foram realizadas algumas reuniões com ele e que a previsão é que, durante o ano de 2020, fiquem reunidas as condições para se avançar com essa obra. -----

Referiu que, em Sanguedo, a zona envolvente ao campo de futebol vai ser objeto de um arranjo urbanístico significativo e que também está previsto, para 2020, arrancar com a requalificação da zona envolvente às Termas, em Caldas de São Jorge, comentando que esse é outro centro urbano que tem vindo a ser recuperado ao longo do tempo e que, depois das obras realizadas junto ao rio, onde se situa o Zipzip, o açude e o passadiço, chegou o tempo de fazer a requalificação da zona envolvente às Termas. -----

Fez notar que esse projeto foi amplamente debatido, muito trabalhado com a população, apresentado à Assembleia de Freguesia e submetido a discussão pública, frisando que este tipo de projetos são sempre complexos, porque a mudança causa sempre alguma incomodidade e há sempre quem concorde e quem discorde, mas que se obteve um amplo consenso em relação a esta requalificação, acrescentando que o concurso irá ser lançado em breve e que a obra irá arrancar no próximo ano. -----

Continuando a sua explanação, o Sr. Presidente salientou que outra obra que está, há algum tempo, no horizonte do Executivo Permanente, e que espera seja concretizada em 2020, é a requalificação das margens do Rio Uíma, caso não haja nenhum contratempo no procedimento de



concurso, que vai promover a ligação dos passadiços construídos em Fiães e o percurso Caldas de São Jorge/Pigeiros. Disse esperar que, dentro de 4, 5, 6 meses, já existam condições para se arrancar com esta obra, que vai permitir a existência de um passadiço com uma extensão bastante significativa, para benefício das muitas pessoas que caminham ao longo daquele rio. -----

Fez notar que também existe um projeto em desenvolvimento para as margens do Rio Cáster, informando que tem havido significativos avanços na negociação com os proprietários e que o Município já comprou alguns terrenos, ressaltando esperar que seja possível abrir o concurso para essa obra no decorrer de 2020; -----

Disse que outra aposta passa por fazer a substituição de todas as luminárias do Concelho por luminárias LED, salientando que o concurso está a decorrer e que espera que, no início de 2020, seja possível iniciar essa empreitada. Referiu tratar-se de um concurso complexo porque envolve tecnologia de ponta e está em causa um investimento estimado superior a 5 milhões de euros, acrescentando que, nos concursos anteriores, apesar do Município ter tido a assessoria da ENERGAIA, houve 2 ou 3 impugnações, pelo que já existe essa experiência. Disse esperar que, no prazo de cerca de 2 anos, toda a iluminação pública do Concelho tenha esta nova tecnologia, informando ainda que a expectativa é recuperar esse investimento em cerca de 3 ou 4 anos, através da redução dos custos com a energia. -----

Informou que o projeto das Piscinas de Canedo está em fase final de revisão e que talvez seja possível, ainda em 2019, abrir o concurso para a construção dessas piscinas, realçando que esse é um compromisso



que o Município tem com a população daquela freguesia.-----

Referiu que, para além da reabilitação das piscinas municipais, existe também a intenção de fazer a reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola de Gião/Lobão, comentando que o mesmo está a precisar de obras e que a previsão é abrir o respetivo concurso em 2020.-----

Disse que outra área que considera importante destacar é a área da Educação, comentando que essa é a maior prioridade e que o Executivo Permanente tem vindo a defender que a maior aposta, para que o Concelho seja competitivo, deve ser feita na Educação, e que julga que todos estarão de acordo com isso. Frisou que o desempenho do Concelho na área do desenvolvimento económico, na atração de investimento está à vista de todos, comentando que se pode constatar o fervilhar de investimento que existe, local e internacional, que há muitas empresas que estão a ampliar as suas instalações bem como empresas nacionais que procuram Santa Maria da Feira para desenvolver os seus negócios.-----

Destacou que o Concelho está a chegar à situação considerada tecnicamente de pleno emprego, fazendo notar que já existem alguns setores de atividade com carência de mão de obra, e que até diria, numa afirmação muito empírica, que talvez já haja mais pessoas de fora do Concelho a vir trabalhar para Santa Maria da Feira, oriundas do Porto, Matosinhos, Maia e de Vila Nova de Gaia, do que o contrário. Referiu assim que aquela lógica de que a maioria das pessoas se deslocavam para fora de Santa Maria da Feira para trabalhar começa a inverter-se, e que isso lhe apraz registar.-----

Frisou que, para além do objetivo do pleno emprego, que está próximo



de ser atingido, também se pretende que haja cada vez menos mão de obra barata e desqualificada, destacando que o objetivo, para os próximos anos, passa por atrair empresas que procurem mão de obra qualificada, com competências, e, conseqüentemente, que paguem melhor, ressaltando que esse é o próximo desiderato para o Concelho.--
Prosseguindo a apresentação, o Sr. Presidente disse que, no setor da Educação, já se está a apostar em novos modelos que saem um pouco do tradicional, e que esses novos modelos não se resumem ao ensino da linguagem de programação, salientando que também é a cidadania, a prática desportiva, o pensar um bocadinho fora da caixa, ressaltando que estão a ser implementados uma série de projetos precisamente para se conseguir ter as novas gerações empenhadas no novo modelo de conhecimento. -----

Referiu, a esse propósito, que se realizou em Santa Maria da Feira, no passado sábado, a VII Convenção Nacional FNE/CONFAP/ANDAEP/FNAEBS, comentando que não é por acaso que se pretende que essa convenção aconteça em Santa Maria da Feira pois é uma forma da comunidade educativa do Concelho estar a par do que é debatido, fazendo sobressair que ali são discutidas ideias quanto ao melhor modo de formação das pessoas, entre as quais os jovens. Disse ser de opinião que Santa Maria da Feira deve tentar estar nessa vanguarda. -----

Reforçou que a Educação é, em termos estratégicos para o Concelho, o investimento mais forte de todos, fazendo notar que, obviamente, o Concelho tem de ter as estradas em boas condições, tem de ter habitação em condições, tem de ter os seus empreendimentos de habitação social em condições, mas que tudo isso faz parte do conjunto



que é necessário ter para que exista um bom ambiente educativo para os jovens, e não só, acrescentando que, hoje, quem quiser ser competitivo tem de, para além de apostar numa boa educação inicial, apostar também numa formação ao longo da vida. Salientou que quem esteve no Fórum Bizfeira teve a oportunidade de ouvir os maiores especialistas a falar disso mesmo, e que é isso que se está a tentar fazer no território concelhio, muitas vezes até tentando antecipar certas medidas. -----

Realçou o lançamento do Programa de Apoio à Cultura, dando nota que o mesmo revoga o Programa de Apoio aos Projetos Culturais - PAPC e que vai apoiar, para além dos projetos, as atividades das coletividades, e não apenas aquelas que apresentam projetos. -----

Disse esperar, ainda no início de 2020, o arranque da construção do novo Arquivo Municipal, salientando tratar-se de uma obra de cerca de 3 milhões de euros, que está adjudicada e que tem um prazo de execução de dois anos, pelo que ficará concluída em 2021. Referiu ser uma obra importantíssima para o território, porque o Município tem um acervo arquivístico muito importante e ao qual, por vezes, é difícil aceder, acrescentando que espera que, com este novo equipamento, o Município passe a ter mais um equipamento de excelência na área cultural e da sua história. -----

Disse também estar previsto o lançamento do concurso para a reabilitação da Biblioteca Municipal, comentando que a mesma já tem alguns anos e que começa a apresentar algumas necessidades de intervenção. -----

O Sr. Presidente continuou a sua intervenção salientando que um



assunto que preocupa a todos diz respeito à construção dos Centros Coordenadores de Transportes, informando que a Câmara adquiriu, para o efeito, um terreno na fronteira entre Lourosa e Fiães, junto à empresa Cinca, e que já foi lançado o concurso para o projeto, para que ali seja construído o Centro Coordenador de Transportes da zona norte do Concelho. -----

Quanto ao Centro Coordenador de Transportes da zona sul do Concelho, informou que a intenção é que seja construído próximo do lugar da Cruz, na cidade de Santa Maria da Feira. Deu nota que a Câmara está a trabalhar essa situação com a Infraestruturas de Portugal, S.A. e já apresentou um pré-esboço para ser analisado por aquela entidade, estando a aguardar a resposta, acrescentando que pode haver um hiato de alguns meses até que sejam tomadas decisões devido a estar-se em mudança de Governo. Salientou que, de qualquer maneira, pelo que sabe o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado permanecerão no novo Governo, pelo que as reuniões que representantes da Câmara tiveram com os mesmos não serão desaproveitadas, dizendo esperar que seja possível, no futuro, protocolar essa situação. -----

Referiu que, resumidamente, esta é a proposta de Orçamento que o Executivo Permanente apresenta para o território para o ano de 2020, comentando que, como é evidente para qualquer um, o território está com uma dinâmica muito interessante e importante ao nível empresarial, habitacional e de internacionalização, frisando que Santa Maria da Feira já é conhecida no radar internacional e que isso é bom porque, desse modo, o Município passa a fazer parte do mercado global



que é o Mundo. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente disse que os Partidos da Oposição com assento na Assembleia Municipal não apresentaram propostas, mas que os vereadores do Partido Socialista apresentaram um documento contendo propostas, o qual foi analisado com muita atenção e que está anexo ao Plano e Orçamento para 2020, comentando que muitas dessas propostas são boas e que algumas foram compaginadas na proposta apresentada pelo Executivo Permanente, mas que, obviamente, nem todas foram aceites porque não é possível fazer tudo, ressaltando ser essa a nota final que queria deixar. -----

O vereador Délio Carquejo fez a seguinte intervenção – passo a citar:----

“Começamos por dizer que estas Grandes Opções do Plano e Orçamento, na perspetiva dos vereadores do Partido Socialista, para 2020, são o grande Biz Show Feira do costume. -----

O Sr. Presidente optou por fazer desta reunião uma mera repetição da conferência de imprensa que deu na passada quinta-feira. Você falou sozinho. Nós agora queremos falar e ser claros no local e no tempo próprio.-----

Não tivéssemos memória, não tivéssemos nós bem feito o nosso trabalho, e beberíamos uma vez mais as lengalengas do costume pela voz do Sr. Presidente. Senão vejamos em termos de números. O Orçamento aumenta 2 milhões à boleia, este ano, da descida das despesas correntes, mas concretiza-se também num aumento dos impostos diretos 4,23%, o IMT, por exemplo, aumenta mais de 30%. ----

A componente de despesa que mais aumenta é a despesa de capital, o que em si não significa nada de mais, visto que, à semelhança dos anos



b

anteriores, a taxa de execução é baixa, ou seja, inferior a 50%. Esta assunção alicerça-se também em factos constantes no PPI e em projetos concretos dependentes ou não de fundos comunitários, mais uma vez. - Existe também um aumento previsional da receita na ordem dos 1.475.876,00 €, cujo maior contributo para este aumento provém quase em exclusivo do IMT, mais de 1 milhão e 100 mil. -----

Usam excessivamente o termo continuidade, como se isso fosse motivo de orgulho. Mas, objetivamente, há continuidade em vários campos negativos: arrendamento de espaços ao longo de anos sem qualquer razoabilidade para que se justifique a sua manutenção, falta de uma política promotora da habitação para arrendamento, existência de vários lugares no Concelho sem acesso a saneamento público ou alternativas viáveis, falta de iluminação pública em locais fundamentais à convivência coletiva ou tráfego de trânsito, atrasos consecutivos à pavimentação de estradas municipais, falta de ambição no ambiente e transição energética, entre tantas e tantas outras que elencaremos em pormenor mais adiante. -----

Curiosamente, ou talvez não, as despesas de capital têm uma redução prevista, face a 2019, superior a dois milhões, ficando por se saber se isso se deve a uma aproximação mais realista dos valores que efetivamente serão executados, ao contrário daquilo que teimosamente sucede todos anos, ou se se trata de um sinal de desinvestimento do Município. -----

Verifica-se que o Município tem um excedente face aos serviços que presta. Isso é para se refletir no abatimento da dívida ou é para fazer investimento que não encontra eco até à presente data? -----



Por outro lado, Sr. Presidente, há um ano atrás o Sr. Presidente prometia desenvolvimento económico e emprego, pleno emprego, acabou de o dizer, mão de obra qualificada. Onde estão, verdadeiramente, Sr. Presidente, os dados que possam anuir a estas realidades e que seja verificada a sua intervenção direta para a criação de emprego em Santa Maria da Feira?-----

Prometia Educação apetrechada com toda a tecnologia e está à vista de todos que existe a palavra, mas muitas vezes faltam os atos. Muitas escolas, e já fizemos notar aqui algumas situações, não conseguem ter sequer acesso à internet, ou porque a largura da banda é fraca ou porque os aparelhos já não funcionam, já para não falar no paupérrimo estado de degradação em que se encontram muitas delas, da responsabilidade do Município, sendo disso exemplo a Escola do Carvalhal, que trouxemos à discussão na anterior reunião de Câmara. -

Prometia o lançamento da 7.ª e 8.ª fases de reabilitação da rede viária, numa extensão aproximada de 100 quilómetros. Mas eu pergunto, mas isto não foi aquilo que você repetiu na passada quinta-feira em conferência de imprensa?-----

Mais sobre o que anunciou em conferência de imprensa, mas que também já tinha dito no ano passado: requalificação dos centros urbanos, mormente a requalificação do Centro Urbano de Fiães e outros, rede wireless para todos, avançar com a fase de projeto de requalificação do Mercado Municipal, obtendo autorização do Arquiteto Bernardo Távora.-----

Disse que se iniciaria o processo de elaboração de um plano de ação municipal de mobilidade urbana sustentável. Perguntamos o que é que



é e onde é que está este plano? -----

Disse, porque sabia que o Governo o iria concretizar, avançar na concretização e na implementação do passe único. Sim, isso foi feito pela AMP, com apoio do Governo Central. Mas que benefício tivemos até hoje com uma rede de transportes urbanos tão deficitária ou quase inexistente?-----

Não mentiu quando disse que se iria assistir à substituição da luminária por luminárias mais eficientes, e é verdade. Mas onde estão os sistemas solares térmicos instalados nos equipamentos municipais que, já no ano passado, lhe tínhamos feito chegar como proposta? -----

Disse que requalificaria nove complexos habitacionais, começando por Milheirós de Poiares. Mas não são os mesmos que continua a anunciar?

Prometia lançar, em 2019, o concurso público do Eixo das Cortiças. Sabem como é que está este concurso? Nós também não. Prometia

iniciar a requalificação e modernização do Europarque. Mais uma.

Prometia lançar o concurso do Centro Escolar de Santa Maria da Feira.

Prometia lançar o concurso da Piscina Municipal de Canedo em 2019.--

Prometia a construção de Pista de Atletismo do Campo de Sanfins.

Prometia lançar o concurso da obra de requalificação da envolvente às

Termas das Caldas São Jorge. Prometia o novo portal do Município.

Prometia a criação da Escola de Artes e Ofícios, Prometia a criação do

Observatório da Educação, que tinha previstos 30 mil euros no ano

passado. Onde está este Observatório? Quem serve, efetivamente? O

que é que é este Observatório? -----

Estas foram algumas das promessas feitas para 2019 e repetidas em conferência de imprensa para 2020. -----



Pasme-se agora. Referiu, no ano passado, também, e passo a citar as suas palavras: “existem outras obras mais pequenas” e eu reforço esta noção do mais pequeno, “que não citaria”, mas você acabou por citar, “como passeios, requalificação dos centros urbanos e a sinalética no Concelho”. A pergunta que se impõe agora é: então, na declaração aos microfones e registado em ata do ano passado eram pequenas obras e este ano são as grandes obras? -----

Sr. Presidente, não. Os vereadores do PS não apresentam, tal como Vossa Excelência o quis fazer passar para a opinião pública em conferência de imprensa, um caderno de gastos para o Município. Até porque Vossa Excelência, na conferência de imprensa, revelou total desconhecimento das propostas apresentadas pelos vereadores do PS para as GOP e Orçamento Municipal de 2020, aliás, patenteado nos documentos apresentados, onde é manifesta a ausência de uma análise séria às propostas por nós elencadas, e nem sequer houve uma qualquer tentativa de diálogo no sentido de poderem ser acolhidas algumas das propostas por nós apresentadas. -----

Isto, por si só, é revelador de que não passa de um cumprimento de uma mera formalidade legal o pedido de propostas, pois não são minimamente tidas em conta por Vossa Excelência, bem pelo contrário, são criticadas pelo facto de representarem as medidas sufragadas no manifesto eleitoral destes partidos. O que é que Vossa Excelência estaria à espera?-----

Mesmo quando questionado sobre o acolhimento das propostas feitas pelos vereadores do Partido Socialista, o seu incómodo nessa conferência de imprensa foi notório, dado que, para além do



desconhecimento que revelou das mesmas, quando alguém lhe entregou uma cópia dessas nossas propostas foi notório que lhe devem ter entregue as propostas do documento para 2019 e não as propostas para 2020. Como é que é possível dizer que teve em atenção as nossas propostas? Haja decoro e bom senso, Sr. Presidente. -----

Para que fique o registo passámos a elencar algumas propostas que consideramos serem importantes e urgentes na sua concretização, e que representariam investimentos com grandes benefícios para toda a população feirense.-----

A instalação piloto de, pelo menos, quatro postos de espaços de atendimento ao cidadão, nomeadamente a Norte, Sul, Este e Oeste do Concelho. -----

Rápida conclusão da página eletrónica do Município, respeitando os requisitos legais de acessibilidade à web. -----

Apoio à aquisição de imóvel e terreno para a implementação da Unidade de Saúde Mental no nosso Concelho. -----

A construção da terceira Escola Secundária no Concelho, em Paços de Brandão, tal como consta e foi aprovado aqui, na passada semana, na Revisão da nova Carta Educativa do Concelho. -----

Construção da Ecovia da Feira. Sim, Sr. Presidente, porque não confundo Ecovia com Ecopista, porque somente estão previstos 10 mil euros em medidas avulsas e sem planeamento, como é pressuposto existir numa ecovia.-----

Adaptação dos equipamentos municipais a pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente infraestruturas desportivas e parques infantis espalhados por todo o Concelho, equipamento interior e



D *AE*

exterior, de que, ainda numa das últimas reuniões, comprovámos o mau estado desses mesmos equipamentos, que era uma promessa sua também do tal investimento do dinheiro que era arrecadado. -----

Incentivo à recuperação de imóveis degradados, que permitiria melhorar o acesso à habitação a custos controlados. -----

Construção do centro ou dos centros coordenadores, como lhe queira chamar, interfaces modais, de forma a assegurar condições de segurança e conforto a todos utilizadores de transportes coletivos.-----

A requalificação integral da Quinta do Engenho Novo, dotando-a de melhores vias para a manutenção, corrida pedonal, assim como da instalação de um parque infantil e um parque destinado a convívio das famílias, porque, quando disse em conferência de imprensa, que já estava acatada esta recomendação, recordo o Sr. Presidente que a única obra que está a ser feita e cofinanciada por esta Câmara são as casas de banho. Não existe nada disto que nós estamos aqui a propor. -----

Reconversão da frota automóvel municipal com veículos elétricos em 40% em 2020, para atingir a meta dos 50% em 2021, assumida na Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Santa Maria da Feira.-----

E, por fim, Sr. Presidente, uma aquisição de uma autoescada para uso das três corporações de bombeiros existentes no nosso concelho, através de um protocolo operacional. -----

Uma vez mais, e apesar de ter sido solicitado, não levaram em linha de conta a contribuição dos vereadores do Partido Socialista. Não acolheram nem negociaram as medidas propostas pelo PS, exceção somente à proposta do Centro Coordenador de Transportes ou Interface



Modal de Transportes. Mas, mesmo aqui, continua a miragem, pois somente estão previstos 10 mil euros no PPI para o ano 2020.-----

São promessas requentadas, Sr. Presidente, de muitos mandatos, inclusive desde a sua entrada em 2013.-----

Esta é uma política em que os impostos pagos pelos feirenses são e continuam a ser os mais altos do País, por exemplo, o IMI. O custo de vida igualmente dos mais elevados, por exemplo, o custo da água, o saneamento, as taxas e taxinhas, onde não existe a sensibilidade social para ser aplicada uma taxa social da água e saneamento para as famílias mais carenciadas, à semelhança do que acontece com outros municípios.-----

Continuamos a ser o município que se encontra no top 3 dos municípios com impostos mais altos do distrito de Aveiro.-----

Em face ao exposto, entendem os vereadores Partido Socialista que as GOP e Orçamento apresentado para 2020 apontam num rumo claramente diferente daquele que entendemos ser o melhor e aquele que melhor serviria, de facto, o nosso concelho. Por isso, não somos favoráveis a esta proposta de Orçamento e Plano para 2020.-----

Sr. Presidente, sem prescindir daquilo que aqui dissemos, não podemos deixar de dizer nem deixar passar em claro a atitude de Vossa Excelência ter realizado uma conferência de imprensa antes da apresentação, discussão, como estamos aqui a fazer, e aprovação das GOP e Orçamento Municipal para 2020, sabendo que os documentos que agora aqui estão a ser discutidos apenas foram entregues aos vereadores do Partido Socialista em mão à mesma hora em que Vossa Excelência estava a iniciar uma conferência de imprensa.-----



Vossa Excelência demonstrou total desrespeito pelos cidadãos de Santa Maria da Feira, ao desrespeitar os vereadores do PS que aqui legitimamente também os representam, porque optou por, em vez de olhos nos olhos e em local próprio, que é esta reunião de Câmara Municipal, ter uma atitude antidemocrática de ficar a falar sozinho, sem contraditório, aos holofotes da comunicação social. -----

Com esta atitude Vossa Excelência demonstrou prepotência e desrespeito por todos os feirenses que aqui também nós representamos. E, porque entendemos democraticamente inaceitável este comportamento do Sr. Presidente de Câmara, não deixámos de vir aqui e agora, no local próprio, manifestar esta nossa posição, mas, como forma de repúdio e de protesto, vamo-nos ausentar neste ponto da ordem de trabalhos. Muito obrigado” – fim de citação. -----

Verificou-se, de seguida, a saída dos vereadores Margarida Gariso, António Bastos, Délio Carquejo e Bruno Mota. -----

A vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, Helena Portela, fez notar que o documento foi disponibilizado, na quarta-feira à noite, através da plataforma digital disponível para o efeito, como manda o Regimento. -----

O Sr. Presidente disse que, obviamente, não pode responder à intervenção do vereador Délio Carquejo, atendendo a que não está presente, neste momento, quem colocou as perguntas, mas que, apesar dos eleitos do Partido Socialista se terem ausentado, queria dar nota que foi feita uma série de afirmações completamente erradas, completamente deturpadas. -----

Disse que fica verdadeiramente surpreendido que alguém entenda que



um Presidente de Câmara não pode falar à comunicação social sobre uma proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento, documento que tinha sido disponibilizado a todos os membros da Câmara oportunamente, dizendo que, aliás, por exemplo, as medidas que o Governo iria adotar já estavam todas na comunicação social antes da apresentação do Orçamento na Assembleia da República, e mesmo antes da sua aprovação em Conselho de Ministros. -----

Disse também que irá falar para a comunicação social quantas vezes quiser e sempre que entender que isso é útil para o Concelho, mesmo que, depois, se passe o tempo a ouvir a gravação daquilo que disse, comentando que acha que isso até ajuda o Partido Socialista, dado que imediatamente lhes chega às mãos a gravação que é feita das suas palavras, e até lhes permite fazer estes números curiosos.-----

Reafirmou que foi feita uma série de afirmações erradas, confundindo-se aumento de receita com aumento de impostos, frisando que não é verdade o que foi dito sobre o aumento do IMT, porque a taxa de IMT é definida pelo Governo Central, não depende nada do Município, e que a única taxa que depende do Município, numa parte, é o IMI, e o Município baixou a taxa do IMI. -----

O Sr. Presidente prosseguiu dizendo que, obviamente, as afirmações feitas, lidas e ensaiadas, podem parecer aquilo que não são e, portanto, lamenta a retirada dos vereadores do Partido Socialista da reunião, que é precisamente a negação da democracia, é precisamente o contrário daquilo que estavam a apregoar.-----

Disse que o vereador Délio Carquejo falou, por exemplo, na falta de iluminação pública no território, quando o território tem 44 mil pontos



de luz, dizendo que falou também na falta de habitação para arrendar. Questionou se a Câmara, agora, vai substituir o mercado de arrendamento, quando tem 800 fogos de habitação social. -----

Sublinhou que aquele vereador disse, igualmente, que a Câmara não executou a 7.ª e a 8.ª fases de pavimentação de arruamentos, quando já se está na 8.ª fase. -----

Disse ainda que aquele vereador referira que se tinha de ter um hospital para a saúde mental no Concelho, quando se sabe que não é uma competência do Município, dizendo que falou também em quatro postos de espaços de atendimento ao cidadão, quando existem vinte e um postos de atendimento no território, tendo falado ainda na Escola Secundária do Norte, quando se fechou a que funcionava tão bem, com muita pena sua. -----

O Sr. Presidente concluiu dizendo assim que, na intervenção do vereador Délio Carquejo, há uma série de incongruências, toda uma ladainha que já é habitual, mas que, dada a ausência dos vereadores do Partido Socialista da reunião neste momento, não iria continuar a comentar, reafirmando lamentar esta falta de atitude democrática, dizendo que vai dar um número na comunicação social, que é precisamente isso que se pede, é um show, comentando que o show está feito e que, como é habitual dizer-se, the show must go on e o show vai continuar. -----

De seguida, o Sr. Presidente submeteu a votação e constatou-se que a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as Opções do Plano e proposta de Orçamento Municipal para 2020 – dossier cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro



de atas – submetendo-as à aprovação da Assembleia Municipal. -----
**Reentraram os vereadores Margarida Gariso, António Bastos,
Délio Carquejo e Bruno Mota.**-----

**3 – Contrato-Programa para 2020 a celebrar entre o Município e a
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.** -----

**- Pedido de autorização da Assembleia Municipal para celebração do
contrato-programa**-----

O Sr. Presidente apresentou à Câmara o assunto em epígrafe, a que se refere a proposta da vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, Helena Portela, datada de 22 de outubro de 2019, do seguinte teor: -----

“Serve a presente para propor que a Câmara Municipal delibere solicitar à Assembleia Municipal autorização para celebrar o contrato-programa 2020, com a empresa municipal Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., nos termos da minuta anexa.” -----

Acompanha a proposta supratranscrita a minuta do contrato-programa em referência, instruída com o parecer prévio do Revisor Oficial de Contas Ângelo Couto, C. Ribeiro & L. Carvalho, S.R.O.C., datado de 22 de outubro de 2019 - documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

O Sr. Presidente deu a palavra ao Dr. Paulo Sérgio Pais, Diretor Executivo da Feira Viva, presente na sala da reunião, tendo o mesmo começado por referir que o contrato-programa proposto vem na sequência do Orçamento da Feira Viva que, estruturalmente, prevê um crescimento das receitas de aproximadamente 760.000,00 €, cerca de 263.000,00 € no âmbito do subsídio à exploração e de 500.000,00 € de receitas próprias, dizendo que tudo isto numa estratégia de



manutenção do preço das piscinas, manutenção dos preços das entradas no Perlim, manutenção dos preços das entradas na Viagem Medieval, manutenção dos preços do Europarque, manutenção dos preços do Parque Ornitológico de Lourosa.-----

Disse assim que tudo o que se refere ao aumento de receitas próprias são ganhos diretos de eficiência, através do aumento de utilizadores, e que, paralelamente, porque o orçamento tem de ser equilibrado, os fatores de custo que mais contribuem para este crescimento são os serviços externos, ao nível da eletricidade, da água, da subcontratação de serviços, nomeadamente, por exemplo, serviços de apoio aos eventos que, ao longo dos anos, passaram do valor/hora de 2,50 € para 4,00 €, para estar dentro do salário mínimo/hora e para cumprir esse requisito, dizendo que não foi por obrigação legal, mas por obrigação de consciência delineada pela Administração da Feira Viva.-----

O Dr. Paulo Sérgio Pais prosseguiu a sua explanação dizendo que, por outro lado, também houve um aumento ao nível de custos com pessoal que decorre, sobretudo, do descongelamento progressivo das carreiras, que culmina em 2019, de alguma internalização de serviços, nomeadamente na coordenação das piscinas, da integração de nadadores-salvadores e de serviços de nutricionismo, que estavam em prestação de serviços e que, quando se achou que tinham a dimensão suficiente, foram integrados em custos com pessoal. -----

Disse que, globalmente e estruturalmente, as atividades da Feira Viva não preveem alteração significativa e que, relativamente aos custos diretos e ao apoio do Município para cada uma das atividades, estima-se que a Piscina de Santa Maria da Feira venha a gerar um excedente



de exploração, que se prevê-se uma autonomia da Viagem Medieval a 100%, em termos de receitas versus custos, prevendo-se o mesmo em relação ao Perlim e aos eventos no Europarque, dizendo assim que não se prevê qualquer tipo de apoio por parte do Município para a realização das atividades ou o funcionamento dos equipamentos que acabara de referir. -----

Disse que prevê-se, para a Piscina de Fiães, um subsídio que representa 29% dos seus custos, para a Piscina de Lourosa um subsídio que representa 43% dos seus custos, para o projeto de Natação Adaptada um subsídio que representa 54% dos seus custos, para o Zoo de Lourosa um subsídio que representa 71% dos seus custos, para a Piscina de São João de Ver um subsídio que representa 86% dos seus custos, e para o Pavilhão da Lavandeira um subsídio que representa 96% dos seus custos. -----

O Dr. Paulo Sérgio Pais concluiu dizendo que esta é, estruturalmente, a linha de ação da Feira Viva, numa linha estrutural que representa o financiamento através de receitas próprias de 69% e de um subsídio à exploração do Município de 31%. -----

Interveio a vereadora Margarida Gariso referindo que tem algumas dúvidas e questões a colocar, e também propostas que, inclusivamente, os vereadores do Partido Socialista apresentaram no ano passado e que não foram acolhidas, propostas para futuro, dizendo que vai focar-se nos indicadores de eficiência e eficácia, que é, efetivamente, aquilo que, em face do subsídio à exploração atribuído pelo Município, mede os resultados a alcançar de acordo com a missão da empresa municipal. --
Disse que nota, desde logo, que há indicadores de eficiência e eficácia



cujos objetivos se repetem e cujos resultados não são apresentados tal e qual estão a ser elencados como indicadores a ser cumpridos, ou seja, o relatório e contas não apresenta essa medição, que considera que era importante, numa sugestão para evolução futura, porque fica-se sem saber de que forma é que foram cumpridos esses indicadores e esses objetivos elencados. -----

Deu como exemplo o objetivo a que se refere o ponto 1.5 do n.º 1 da cláusula 11.ª – passo a citar: Atingir um elevado grau de satisfação dos utentes das piscinas municipais - objetivo cumprido entre 70% a 80% e objetivo superado com um grau de satisfação superior a 80%, medido pelo indicador “índice de avaliação de satisfação” – fim de citação. -----

Disse também que o relatório não evidencia o grau de cumprimento do objetivo que está elencado em relação à Natação Adaptada, assim como relativamente ao número de horas de utilização do Pavilhão da Lavandeira, assim como quanto aos objetivos elencados para a Piscina de São João de Ver, bem como quanto ao Parque Ornitológico de Lourosa. -----

Ressalvou que, quanto ao Complexo do Europarque, houve a preocupação de aumentar para 250 o número de horas de utilização nos eventos a realizar diretamente, por parceria ou por terceiros, superando se for mais de 250 dias de utilização. -----

Disse que a sugestão é, desde logo, que, no relatório e contas, seja confrontado, em paralelo, aquilo que está proposto e aquilo que foi alcançado, para se perceber se, inclusivamente, os objetivos se podem tornar mais exigentes naquilo que se pretende para futuro, em termos de desempenho da gestão da empresa municipal Feira Viva. -----



A vereadora Margarida Gariso prosseguiu dizendo que, por outro lado, os vereadores do Partido Socialista entendem, e já o referiram no ano passado, que, tendo o Município sob a sua responsabilidade, delegada na empresa municipal Feira Viva, quatro piscinas, três piscinas municipais e a Piscina de São João de Ver, deveria constar no contrato-programa uma meta, um programa, onde, claramente, o Município assumisse o compromisso de que, anualmente, um determinado número de crianças do ensino básico tivesse acesso ao ensino de natação e pudesse sair a saber nadar, tendo por meta que, com o tempo, todas as crianças do ensino básico do Concelho viessem a usufruir dessa possibilidade. -----

Disse que, por outro lado, sabe-se que o Parque Ornitológico de Lourosa continua a sofrer de défices crónicos e que os indicadores que estão estabelecidos no contrato-programa têm muito que ver com níveis de satisfação, mas que, no entender dos vereadores do Partido Socialista, importava que fosse colocado um indicador que avaliasse o crescimento de iniciativas que pudessem vir a aumentar as receitas daquele parque, ou seja, um objetivo que pudesse redundar num aumento de receitas que, por sua vez, pudesse vir a diminuir os tais défices crónicos do Parque Ornitológico de Lourosa, sublinhando que este seria um grande desafio. -----

Referiu que, por outro lado também, em relação ao Complexo Europarque, os vereadores do Partido Socialista entendem que deveria constar um indicador que desse para medir, a par com as utilizações, um aumento das receitas arrecadadas, de forma a, também, permitir aumentar a sustentabilidade financeira do Europarque, fazendo



sobressair que esse seria, igualmente, um grande objetivo e um grande desafio para a gestão da empresa municipal Feira Viva.-----

Disse que, por outro lado, no ano passado, o contrato-programa tinha um indicador que tinha que ver com as dívidas a terceiros, no sentido de que, até ao final do ano, as dívidas fossem reduzidas, e que, na altura, esse assunto suscitou alguma perplexidade e algumas dúvidas aos vereadores do Partido Socialista, mas que, numa troca de informações, concluiu-se que, afinal, houve uma negociação com os fornecedores de forma a que essas dívidas pudessem ser ultrapassadas.

Referiu que, no contrato-programa para 2020, propõe-se a eliminação desse indicador, permanecendo apenas o indicador que garante a inexistência de qualquer dívida às instituições financeiras em 31 de dezembro de 2020. Disse que os vereadores do Partido Socialista entendem que esse mesmo indicador deveria de existir também para os fornecedores, ou seja, não só haver a preocupação de garantir que, até ao final do ano, não há dívidas às instituições financeiras, como também não há dívidas a fornecedores, acrescentando que, de facto, isso era também um grande desafio e era importante que sucedesse.-----

A vereadora Margarida Gariso prosseguiu dizendo que há um crescimento do subsídio à exploração de cerca de 263.000,00 € de 2019 para 2020, que se aproxima dos dois milhões de euros, dizendo que a ideia e a proposta dos vereadores do Partido Socialista era dentro daquilo que acabara de referir.-----

Referiu que, por outro lado, também aproveitava a oportunidade para verificar que, este ano, a par com uma listagem de taxas pelos diferentes serviços a praticar no âmbito dos equipamentos que são



geridos pela empresa municipal Feira Viva, pela primeira vez consta o preço para a Viagem Medieval, dizendo que os vereadores do Partido Socialista, em coerência com aquilo que têm defendido durante estes anos, aquando da discussão da bilhética para este evento, defendem que haja um teto máximo de 15,00 € por família, porque, por exemplo, com um bilhete que custa 4,50 € num dos dias, basta ser uma família com quatro membros para perfazer um total de 18,00 €, pelo que os vereadores do Partido Socialista entendem que o teto de 15,00 € seria importante. -----

Referiu que pode obter como resposta que já é permitido que muitas das crianças que frequentam as escolas do Concelho não paguem qualquer bilhete. Disse, contudo, que, se se pretende atrair pessoas que vêm de fora, e que vêm uma vez e, muitas vezes, ao fim de semana, os vereadores do Partido Socialista acham, em coerência, que seria uma boa política não haver, de facto, a possibilidade de uma família ter de pagar mais de 15,00 € para entrar na Viagem Medieval, até porque muitas das pessoas que estão instaladas e pagam os alugueres dos espaços no recinto queixam-se que, depois, as pessoas não têm possibilidades para consumir muito do que está exposto, porque deixam de ter recursos disponíveis, muitas vezes, para fazer face a todas estas despesas. -----

A vereadora Margarida Gariso concluiu dizendo que, resumidamente, eram estas as questões que queria colocar, eram estas dúvidas e estas propostas que queria formular em relação ao documento em discussão.

O Sr. Presidente deu novamente a palavra ao Dr. Paulo Sérgio Pais que disse que, na prestação de contas, surgirá um mapa, que julga que já



surgiu na anterior prestação de contas, com a informação, indicador a indicador, sobre se foi cumprido ou não cada um dos indicadores apresentados. -----

Disse também que a vereadora Margarida Gariso referiu, por um lado, que os indicadores são todos iguais e que não devia ser assim, e, depois, referiu que um determinado até podia constar e não consta, ou seja, no entender daquela vereadora, se o indicador das dívidas fosse igual não havia problema, mas em relação aos outros já havia problema se fossem sempre os mesmos.-----

Sublinhou que há um critério, dizendo que, se a vereadora Margarida Gariso analisar com rigor, verifica que, no ano passado, aquela vereadora referiu que achava interessante que constasse, no contrato-programa, em relação às Piscinas de Santa Maria da Feira, de Lourosa e de Fiães, subir o nível de utilização dessas piscinas em 5%. Disse que o Conselho de Administração da Feira Viva achou que fazia sentido reforçar as dinâmicas dos níveis de utilização, e que, atendendo à filosofia existente de tentar maximizar a utilização da capacidade instalada, foi perspectivada a ambição de tentar maximizar essa utilização, de forma gradual, e até com o mesmo índice para aquelas três piscinas.-----

Disse que, por outro lado, há indicadores em que já se está em velocidade cruzeiro, nomeadamente do Parque Ornitológico e das Piscinas, dizendo que, em relação ao Europarque, ainda se está em crescimento, pelo que acredita-se que, quando se atingir um determinado nível, se pode passar para o patamar seguinte, e, por isso, a correção que foi feita de subir o nível de exigência, por exemplo,



relativamente ao Europarque. -----

O Dr. Paulo Sérgio Pais prosseguiu dizendo que, em relação à questão colocada no âmbito da Viagem Medieval, não se pode querer manter os mesmos preços ou baixar os preços e, simultaneamente, que o subsídio à exploração não suba, porque é matematicamente impossível. Disse que, se os preços de todas as atividades, como do Europarque, das Piscinas, da Viagem Medieval, do Perlim, se mantivessem, com os custos a subir é impossível que o subsídio à exploração não suba, comentando que isto é matemática pura. -----

Disse que, por exemplo, quanto à Viagem Medieval, tinha sido muito mais fácil, há uns anos, o Município adotar a estratégia de destinar quinhentos ou seiscientos mil euros todos os anos para a realização da Viagem Medieval, mas que a estratégia não foi essa. Referiu que a estratégia foi tentar procurar o equilíbrio da autossustentabilidade deste evento para poder afetar os recursos a outras necessidades eventualmente mais prementes, dizendo contudo que se manteve o foco, isto é, primeiro os agentes e as associações do Concelho, mantendo a filosofia da inovação. -----

Disse ainda que, em relação à questão dos preços, não se pode esquecer na discussão que há um preço que qualquer família pode pagar se quiser vir à Viagem Medieval, que é zero, bastando, por exemplo, ao domingo, vir às 11h55m. -----

Referiu que, para além disso, estão a ser oferecidos bilhetes, quer para o Perlim quer para a Viagem Medieval, às crianças das escolas do Concelho, que representam 40.000,00 € ou 50.000,00 €, porque se acredita que este é o futuro e que é assim que se vai perpetuar o ADN



dos eventos. -----

O Dr. Paulo Sérgio Pais concluiu dizendo que daí a sensibilidade da Administração da Feira Viva para, mesmo com estes riscos todos, não propor o aumento de preços, para tentar manter algum equilíbrio e tentar trabalhar nos ganhos de eficiência, com mais utilizadores, não baixando a qualidade, e que esse é o desafio. -----

O Sr. Presidente disse que, na sequência do que já referira o Dr. Paulo Sérgio Pais, a política do Conselho de Administração da Feira Viva tem sido não aumentar os preços, referindo que, como é do conhecimento geral, e vai acontecer ainda com mais acuidade talvez até no próximo ano, atendendo a que se fala em aumentos salariais, durante alguns anos houve congelamento dos salários e que, agora, houve o descongelamento que, naturalmente, vai ter efeito nas contas. -----

Referiu que, mais, tem vindo a falar-se muito no aumento do salário mínimo em Portugal, dizendo que espera que vá provocar também um aumento do salário médio, pelo que tudo isto vai ter impactos nos próximos anos. Disse que, como o Dr. Paulo Sérgio Pais referira, e bem, isto é aritmético, não é económico, e que, se aumentam os custos, ou se aumenta a receita pelo lado do utilizador ou pelo lado do subsídio à exploração. Reafirmou que a opção tem sido manter os preços e que é o que se tenciona fazer para 2020 e 2021, que é quando termina este ciclo autárquico. -----

Disse que, de facto, há equipamentos e atividades que se sabe que não têm lucro, que têm de ter subsídio, mas que se pretende manter, nomeadamente, o Parque Ornitológico, a Natação Adaptada, o Pavilhão da Lavandeira, e outros, porque os custos de ocupação não estão,



claramente, de acordo com o respetivo custo de manutenção, lembrando que o Parque Ornitológico, onde já foram feitas várias mudanças no sentido de melhoria, já teve um défice de exploração à volta de 450.000,00 € e, neste momento, o mesmo está à volta de 280.000,00 €, mas que nem ele próprio nem os técnicos conseguem ver uma forma de melhorar os resultados financeiros. -----

Acrescentou que é apontado como grande problema, por muitas pessoas, o acesso ao Parque Ornitológico, dizendo que há a velha aspiração de conseguir melhorá-lo e que já se esteve quase a conseguir, mas que há um conjunto de proprietários dos terrenos adjacentes que pede preços absolutamente inoportáveis, comentando que pode ser uma alternativa melhorar o acesso a partir da EN1, mas que mesmo assim tem dúvidas se essa melhoria aumentaria muito a receita do Parque. -----

Disse ainda que, relativamente à Viagem Medieval, e como referira o Dr. Paulo Sérgio Pais, a política adotada tem sido oferecer as pulseiras de acesso às crianças das escolas do Concelho, pelo que acha que fica muito mitigado algum impacto familiar que pudesse haver, e que, relativamente às famílias que vêm de fora do Concelho, será uma questão muito residual, comentando também que, ao contrário do que, muitas vezes, se apregoa, em qualquer evento, mesmo em Portugal, paga-se muito mais, incomensuravelmente mais, havendo casos em que se paga num dia aquilo que se paga em doze dias na Viagem Medieval, e que, então, no estrangeiro, por qualquer entrada paga-se 20,00 € com a maior das facilidades. -----

O Sr. Presidente concluiu dizendo assim que acha que tem havido



algum equilíbrio na política de preços e que, no que diz respeito às famílias, mais do que subsidiar famílias, o que acarretaria uma carga burocrática complexa, acha que a melhor solução é subsidiar as crianças das escolas do Concelho, oferecendo-lhes a pulseira de acesso ao recinto. -----

Interveio, novamente, a vereadora Margarida Gariso dizendo que compreende essencialmente a ideia, dizendo que acha que, mais do que subsidiar, o objetivo é fidelizar, e por isso é que a ideia é fidelizar ao projeto, agora, as crianças, que são os filhos dos utilizadores, e amanhã os jovens e futuros pais, reafirmando que compreende essa filosofia, que é garantir a manutenção através da fidelização, e que compreende que possa ter existido aí um esforço no sentido de gerar alguns equilíbrios, comentando que é óbvio que está a dar-se por uma mão para ir buscar através da outra, ainda que no futuro. -----

Disse que, independentemente disso, e pese embora as pessoas poderem até entrar gratuitamente, no recinto da Viagem Medieval antes das 12 horas, pensa que não deve ser esse o objetivo, porque, então, as pessoas vêm todas antes das 12 horas e não se vende nenhum bilhete. Referiu que pensa que, recusar-se estabelecer o teto de 15,00 € que propôs, sem sequer se medir quanto é que isso representa, também não é estar recetivo a criar motivos de atração de outras pessoas que se quer que possam aceder ao espaço, sem que o fator económico-financeiro seja um fator bloqueador dessa possibilidade. -----

Acrescentou que é nesse sentido que os vereadores do Partido Socialista estão a propor o teto de 15,00 €, porque querem, tal como o Executivo Permanente, que o evento seja sustentável e que tenha, de facto, o



resultado que se espera, que seja cada vez mais um evento cultural e não tanto um evento comercial, dizendo que é preciso inovação e uma série de questões a evoluir que o tornem num evento de futuro sem cair na repetição, que cresce até uma certa altura e começa a decrescer depois, porque não há a possibilidade de se ser criativo e se perspetivar também a possibilidade de atrair outros públicos, não bloqueando a possibilidade de o fator financeiro ser aquele que faz com que as pessoas deixem de vir.-----

A vereadora Margarida Gariso prosseguiu dizendo que, em relação à questão dos indicadores de gestão, parece que não ficou bem claro aquilo que referira e que, provavelmente, foi ela que não se fez perceber. Disse que, quando referira que alguns indicadores de gestão estão repetidos e que não consegue perceber se foram cumpridos ou não nos anos anteriores, tem consigo, nomeadamente, o relatório de 2018 e não encontra nele o tal relato do grau de cumprimento dos objetivos que estão elencados e que se repetem, ressaltando que não encontrou, mas que, se estiver errada, agradece que lho enviem.-----

Salientou que a gestão tem de apresentar um esforço, porque só com o esforço da gestão é que há melhorias e há desenvolvimento, pelo que, se os objetivos se repetem e não sabe qual é o resultado dos anos anteriores, não sabe se o que está a ser proposto é o mais justo, se é o mais desejável, ou se se repetem porque superar ainda não é uma realidade.-----

Acrescentou que iria dar dois ou três exemplos do que referira, começando por citar o ponto 1.5 do n.º 1 da Cláusula 11.ª – indicadores de eficiência e eficácia: “atingir um elevado grau de satisfação dos



utentes das piscinas municipais – objetivo cumprido entre 70% a 80% e objetivo superado com um grau de satisfação superior a 80%, medido pelo indicador “índice de avaliação de satisfação” – fim de citação. -----

Referiu que o mesmo acontece em relação ao Pavilhão da Lavandeira, a que diz respeito o ponto 1.8 do n.º 1 da referida cláusula - passo a citar:

“Maximização da utilização dos espaços do Pavilhão da Lavandeira pelas entidades concelhias que promovam atividades desportivas de formação - objetivo cumprido mediante a utilização entre 2.000 e 2.400 horas e objetivo superado mediante a utilização de mais de 2.400 horas” – fim de citação, ao que o Dr. Paulo Sérgio Pais disse que o Pavilhão da Lavandeira só tem aquelas horas de utilização, pelo que não é possível definir um objetivo com mais horas no ano seguinte, porque cada ano só tem 365 dias. -----

A vereadora Margarida Gariso retorquiu dizendo que, então, se calhar, tem de se pensar noutro objetivo, porque este é fácil, fazendo sobressair que, se não se consegue melhorar aquele desempenho, então, tem de se procurar um objetivo que permita melhorar noutros domínios, para capitalizar o objetivo de maior satisfação na utilização do Pavilhão da Lavandeira, ou seja, quando se traça um objetivo para uma entidade ou para um trabalhador, o mesmo tem de representar um esforço, e não tem de ser fácil ou inexecutável, pelo que tem de se ser realista. -----

Disse assim que, se calhar, tem de se repensar outros objetivos que possam constituir melhoria e desafio para a gestão da Feira Viva, e que ela própria precisa que lhe seja dito, justamente, se o resultado está superado, porque, se estiver superado, tem de se repensar noutros que possam representar melhorias para o Município. -----



Prosseguiu referindo outro exemplo, que consta no ponto 1.9 do n.º 1 da referida cláusula - passo a citar: “Maximização da utilização dos espaços da Piscina de São João de Ver pelas entidades concelhias que promovam atividades desportivas de formação - objetivo cumprido mediante a utilização entre 600 e 800 horas e objetivo superado mediante a utilização de mais de 800 horas” - fim de citação. -----

Ressalvou que, se calhar, o Dr. Paulo Sérgio Pais também vai dizer que não tem mais capacidade. Disse que, então, tem de pensar-se noutra objetivo que represente melhoria, tendo o Dr. Paulo Sérgio Pais dito que, se calhar, os objetivos da Feira Viva é que foram sempre muito altos desde o início, ao que a vereadora Margarida Gariso disse que, se os objetivos já são alcançados, tem de se pensar outros que apresentem desafio e melhoria na gestão para o Município. -----

Disse que o mesmo acontece com o ponto 1.11 do n.º 1 da referida cláusula - passo a citar: “Atingir um elevado grau de satisfação dos visitantes do Parque Ornitológico de Lourosa - objetivo cumprido entre os 70% e 80% e superado se superior a 80% ...” - fim de citação.

Referiu que, se anualmente se atinge a superação, então tem de se repensar um outro objetivo, e que, se o calcanhar de Aquiles do Parque Ornitológico é a sua sustentabilidade, se calhar, o desafio passa por aumentar o número e o tipo de eventos a realizar naquele parque que representem um maior número de bilhetes vendidos, que, por sua vez, representem uma maior quantidade de receitas. Disse que é articular aquilo que é qualidade e a satisfação com aquilo que é quantidade e a sustentabilidade, acrescentando que isso é uma melhoria efetiva, se se quer avançar, de facto, nesse sentido. -----



A vereadora Margarida Gariso prosseguiu dizendo que, relativamente ao Complexo Europarque, também consta, na minuta do contrato-programa, o número de dias dos eventos a realizar, mas que um grande desafio é, igualmente, a par com isto, ter reflexo na questão das receitas que, por sua vez, garantem a sua sustentabilidade, comentando que não é só ter muitas utilizações, que é muito importante, não é só garantir que aquela infraestrutur esteja a ser utilizada durante todo o ano em pleno, que também é um bom objetivo. -----

Disse que tem de se saber equilibrar e medir, e até valorizar, eventualmente, aquilo que está a ser feito, porque se, num quadro-resumo daquilo que foram os objetivos traçados para a gestão para um determinado ano, forem apresentados resultados em termos não só percentuais, mas em números concretos, porque a percentagem representa um número, os vereadores do Partido Socialista também estão na disposição de valorizar aquilo que a gestão fez e evoluiu positivamente, frisando que é nesse sentido que está a fazer propostas de melhoria. -----

Disse contudo que não sabe se o que é proposto é muito, se é pouco, se é quase nada, se não tem resultados para mensurar e se alguns dos objetivos se repêtem, comentando que pensa que, agora, se fez perceber e que, se calhar, não o tinha feito anteriormente. -----

Lembrou que, já no ano passado, e também noutras ocasiões, se discutiu a questão, e que, mais uma vez, referia que, nos dias de hoje, não é muito compreensível que, tendo o Concelho as piscinas municipais que tem, quatro sob a gestão da Feira Viva, e vindo aí a quinta, que é a de Canedo, não haja um desafio, a que o Município se



lance, de ensinar as crianças do ensino básico do Concelho a nadar, ainda que de uma forma planeada, num programa a desenhar, em que, todos os anos, um x número de crianças das escolas do Concelho têm de sair a saber nadar, fazendo sobressair que acha que se devia caminhar nesse sentido e que esse seria um dos grandes objetivos. -----

A vereadora Margarida Gariso concluiu dizendo que reitera ainda a questão de, ao final do ano, a 31 de dezembro de 2020, a par com a inexistência de dívidas às instituições financeiras, também não existirem dívidas a fornecedores. -----

O Sr. Presidente disse que haverá sempre dívidas a fornecedores, nem que seja na transição de um ano para o outro, mas que fica a nota. -----

De seguida, o Sr. Presidente submeteu o assunto a votação, constatando-se que a Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente e dos vereadores Cristina Tenreiro, Vítor Marques, Helena Portela, Gil Ferreira, António Topa Gomes e Teresa Vieira, solicitar autorização à Assembleia Municipal para celebrar o contrato-programa em referência, nos termos da minuta apresentada, que aprovou. -----

Os vereadores Margarida Gariso, António Bastos, Délio Carqueijo e Bruno Mota votaram contra. -----

A vereadora Margarida Gariso fez a seguinte declaração de voto: -----

“Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista votaram contra, essencialmente, pelas seguintes razões. -----

Como já defendemos o ano passado, na discussão do mesmo tema nesta Câmara Municipal, entendemos que, nos indicadores de eficiência e eficácia a cumprir pela empresa municipal Feira Viva, deveria constar



o objetivo a alcançar com medidas concretas e mensuráveis, tendo em vista a redução do défice do Parque Ornitológico de Lourosa. -----

Porque na gestão do Europarque não existe qualquer indicador que permita, para além do aumento do número de dias de dinamização de eventos, por si própria, por terceiros ou em parceria, alcançar o objetivo de crescimento das receitas daí resultantes e que contribuam para a sustentabilidade financeira do Europarque. -----

Porque entendemos que deveria existir um indicador com um objetivo claro e quantificável do ensino da natação às crianças que frequentam as escolas do nosso concelho, cujo resultado se traduziria num determinado número anual de crianças a saber nadar nas piscinas sob a gestão da empresa municipal Feira Viva. -----

Porque não existe indicador definido que garanta a inexistência de dívidas a fornecedores, no final do ano, à semelhança do que está definido para as instituições financeiras”. -----

O Sr. Presidente fez a seguinte declaração de voto, em nome dos eleitos do PSD:-----

“Votámos a favor, porque temos a plena consciência do rigor que é necessário ter nas contas, e porque este subsídio à exploração à empresa municipal Feira Viva, traduzido neste contrato-programa, traduz o compromisso do atual Executivo de não aumentar os preços aos utilizadores dos nossos equipamentos”. -----

4 - Atribuições e competências das unidades flexíveis dos serviços (deliberação de 17-09-2018) -----

- Aprovação das versões atualizadas das fichas de caracterização da Divisão de Ambiente e da Divisão de Serviços Urbanos -----



O Sr. Presidente apresentou à Câmara o assunto em epígrafe, a que se refere a informação da Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, Dra. Nazaré Martins, datada de 21 de outubro de 2019, que, seguidamente, se transcreve:-----

“Considerando que, por lapso, foram presentes em reunião extraordinária de Câmara Municipal de 17/09/2018, as versões desatualizadas das fichas de caracterização da Divisão de Ambiente e da Divisão de Serviços Urbanos, vimos pelo presente proceder à sua substituição pelas versões atualizadas (documentos em anexo), propondo-se a respetiva aprovação pelo órgão executivo, nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação.”-----

Instrui a informação supratranscrita a proposta da vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, Helena Portela, da mesma data, do seguinte teor:-----

“À Câmara para deliberar a aprovação das versões atualizadas das fichas de caracterização da Divisão de Ambiente e da Divisão de Serviços Urbanos.”-----

Acompanham a informação e a proposta supratranscritas as fichas de caracterização a que as mesmas se referem – documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente e dos vereadores Cristina Tenreiro, Vítor Marques, Helena Portela, Gil Ferreira, António Topa Gomes e Teresa Vieira, aprovar as versões atualizadas das fichas de caracterização da



Divisão de Ambiente e da Divisão de Serviços Urbanos, cometendo a tramitação do assunto ao Pelouro da Administração e Finanças. -----

Os vereadores Margarida Gariso, António Bastos, Délio Carquejo e Bruno Mota abstiveram-se. -----

Aprovação do texto das deliberações em minuta -----

Nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do Regimento da Câmara Municipal, foi aprovado, por unanimidade, em minuta, o texto das deliberações tomadas. -----

Nada mais havendo a tratar, às 17 horas e 25 minutos, o Sr. Presidente encerrou a reunião de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Chefe de Gabinete que secretariou a reunião e que a lavrou. -----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Gabinete,